

Um artigo inédito de Alfredo Pimenta

Em 9 de Dezembro de 1944, Alfredo Pimenta, com quem eu tivera apenas relações epistolares, mandou-me para o *Diário Popular* um artigo, com o pedido de o fazer chegar às mãos do director do jornal.

Assim o fiz. Mas o director, ao tempo António Tinoco, que fora o fundador daquele periódico, escreveu-lhe a lamentar a impossibilidade de publicar o artigo, onde se levantava uma questão de natureza política a que o *Popular* queria manter-se alheio. Na verdade, e menos pelo fundo da questão do que pelo estilo, o artigo não estava na índole de um jornal que se propunha informar com imparcialidade e esclarecer sem brigas. Para mais, tratava-se de um ataque a uma publicação respeitável — *A Voz* — que não tinha ofendido ninguém e usara aliás uma fórmula perfeitamente respeitável.

Sucedeu porém que, por lapso da secretaria do jornal, o artigo não acompanhou a carta de Tinoco e foi dormir para uma gaveta de originais *impossíveis*. Dali o foi retirar mais tarde o meu gosto de coleccionador de autógrafos.

Esta a razão pela qual me é possível trazer hoje aqui um artigo inédito de Pimenta, que não acrescenta nada ao valor da memória do erudito e do escritor, mas é um documento esclarecedor da personalidade do polemista intransigente e agressivo na vigilante propagação do seu ideário, como de extrema irritabilidade quando julgava que o feriam.

Barradas de Oliveira

Eis o artigo:

O MEU PROTESTO

Snr. Director do *Diário Popular*: — dada a singular posição que me foi criada na imprensa do meu país, vejo-me na necessidade de bater à porta de V. Ex.^a a solicitar a fineza de publicar as linhas que compõem esta carta.

Em um jornal que até há pouco tempo se podia considerar monárquico, lêem-se no seu número de hoje, em artigo

consagrado ao grande português João Coutinho, as seguintes palavras:

«Perante os restos mortais do Conselheiro Azevedo Coutinho, todos os portugueses, seja qual fôr o seu credo político, rendem o derradeiro preito de homenagem devido a alguém que, acima de tudo, colocou sempre e sempre serviu, com a simplicidade heroica dos grandes corações e das almas bem formadas, estas duas certezas eternas: Deus e Pátria.»

Os mortos, pobres (ou felizes!) deles!, não falam. Mas devem falar os vivos, quando os juízos formulados sobre aqueles os ofendem.

Não se esperou pelo arrefecimento total do herói que foi hoje a enterrar, para se lhe colocar ao peito, entre as medalhas que o honraram, aquela informação que o deslustraria, se fosse justa.

João Coutinho não servia só as duas verdades eternas enunciadas no trecho que transcrevi. Serviu outra, eterna também: a Monarquia. O lema de João Coutinho não foi o lema castrado que o jornal em questão invoca: foi o lema integral que, para um monárquico suficientemente doutrinado, não admite amputações, limitações e bastardias: *Deus, Patria e Rei*.

João Coutinho foi-lhe fiel até à hora da morte. Reproduzindo hoje a um amigo meu — um dos mais ilustres valores deste país — os termos do artigo citado, perguntou-me ele se o jornal era republicano.

A pergunta é o mais adequado dos comentários. Efectivamente em jornal republicano, compreendia-se talvez o caso. Dar-se-á porventura a circunstância de esse jornal o ser?

Protestando contra o juízo errado que aquelas palavras contêm, cumpro o meu dever, não só para com João Coutinho, mas para com todos que o acompanharam.

Pela publicação destas linhas, muito grato se confessa o de V. Ex.^a at.^o e v.^{or}

Alfredo Pimenta